

Anexo às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

(montantes expressos em Euros)

1 - Identificação da Entidade Designação da Entidade:

SOCIÉTÉ FRANÇAISE DE BIENFAISANCE EN PORTUGAL, Associação de Beneficência sem fins lucrativos com alvará do Governo Civil de Lisboa de 10 de Dezembro de 1931.

Sede:

Rua Luz Soriano, 182 em Lisboa

NIF:

500766800

Estas demonstrações financeiras foram disponibilizadas para serem posteriormente aprovadas em Assembleia Geral.

É do entendimento do Órgão de Direção que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Entidade, bem como a sua posição e desempenho financeiros e fluxos de caixa.

Sempre que não exista outra referência os montantes encontram-se expressos em unidade de Euro.

2 - Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

2.1 - Referência contabilística de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de harmonia com as disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei nº 36-A/2011, de 9 de Março e de acordo com a Estrutura Conceptual (EC), Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro para Entidades do Sector não Lucrativo (NCRF-ESNL) e Normas Interpretativas (NI) constantes do Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Sector não Lucrativo (SNC-ESNL), sendo supletivamente aplicado o SNC aprovado pelo Decreto-lei nº 158/2009 de 13 de Julho, com redação dada pelo Decreto-lei nº 98/2015 de 2 de junho.



2.2- Indicação e justificação das disposições da normalização contabilística para as entidades do sector não lucrativo (ESNL) que, em casos excepcionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.

No presente exercício não foram derogadas quaisquer disposições da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) do SNC, publicada no Diário da República, 2ª série, de 29 de julho de 2021, através do Aviso nº8259/2015.

2.3- Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior.

As quantias relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2021, incluídas nas presentes demonstrações financeiras para efeitos comparativos, estão apresentadas em conformidade com o modelo resultante das alterações introduzidas pelos diplomas legais emitidos no âmbito da publicação do Sistema de Normalização Contabilística.

3.Principais Políticas Contabilísticas:

3.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da empresa mantidos de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) do SNC.

As demonstrações financeiras que incluem o balanço, a demonstração dos resultados por natureza, a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais, a demonstração dos fluxos de caixa e o anexo são expressas em Euros e foram preparadas de acordo com os pressupostos da continuidade e do regime de acréscimo no qual os itens são reconhecidos como ativos, passivos, fundos patrimoniais, rendimentos e gastos quando satisfaçam as definições e os critérios de reconhecimento para esses elementos contidos na estrutura conceptual, em conformidade com as características qualitativas da compreensibilidade, relevância, materialidade, fiabilidade, representação fidedigna, substância sobre a forma, neutralidade, prudência, plenitude e comparabilidade.

As políticas contabilísticas apresentadas na nota 3.2 e seguintes, foram utilizadas nas demonstrações financeiras para o período findo a 31 de dezembro de 2021 e na informação financeira comparativa apresentada nestas demonstrações financeiras para o período findo a 31 de dezembro de 2020.



3.2. Ativos fixos tangíveis | Imparidade

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação/operação dos mesmos que a

Empresa espera incorrer, deduzido de amortizações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. Os terrenos não são depreciados.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Edifícios e outras construções: 10 a 50 Anos

Equipamento básico: 1 a 10 Anos

Equipamento de transporte: 4 Anos

Equipamento administrativo: 1 a 10 Anos

Outros ativos fixos tangíveis: 1 a 5 Anos

As despesas de conservação reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos tangíveis foram registadas como gastos do período.

O desreconhecimento dos ativos fixos tangíveis, resultantes da venda ou abate são determinados pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas «Outros rendimentos e ganhos» ou «Outros gastos e perdas».

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis da Entidade com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos a fim de determinar a extensão da perda por imparidade.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica de "Reversões de perdas por imparidade".

A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortizações) caso a perda não tivesse sido registada.



Ativos não correntes detidos para venda

Uma entidade deve apresentar um ativo não corrente classificado como detido para venda classificado como detido para venda separadamente de outros ativos no balanço. Os passivos de um grupo para alienação classificado como detido para venda devem ser apresentados separadamente dos outros passivos no balanço. Esses ativos e passivos não devem ser compensados nem apresentados como uma única quantia.

3.3. Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito reconhecido está deduzido do montante de devoluções, descontos e outros abatimentos e não inclui Imposto sobre o Valor Acrescentado e outros impostos liquidados relacionados com a venda.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando todas as seguintes condições são satisfeitas:

- Todos os riscos e vantagens associados à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador;
- A Empresa não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos;
- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Empresa;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade.

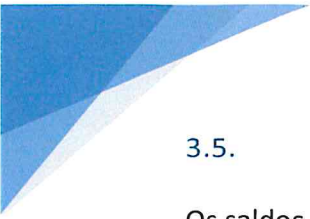
O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com base na percentagem de acabamento da transação/serviço, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Empresa;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade;
- A fase de acabamento da transação/serviço pode ser mensurada com fiabilidade.

3.4. Clientes e Outros créditos a Receber

Os saldos de clientes e de outros créditos a receber são registados ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas por imparidade. Usualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

As perdas por imparidade (ajustamentos) de dívidas de clientes encontram-se constituídas de acordo com o critério económico, ou seja, tomando em consideração o risco efetivo de cobrança.



3.5. Fornecedores e outras dívidas a pagar

Os saldos de fornecedores e de outras dívidas a pagar são registados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes passivos financeiros não difere do seu valor nominal.

3.6. Especialização dos exercícios

A Empresa regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento do respetivo recebimento ou pagamento.

As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos gerados são registadas como ativos ou passivos.

3.7. Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica de "Caixa e depósitos bancários" correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários e depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria vencíveis a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

Os montantes incluídos na rubrica caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos bancários, ambos imediatamente realizáveis.

3.7. Inventários

Os inventários encontram-se registados ao menor de entre o seu custo e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para concluir os inventários e para efetuar a sua venda.

Nas situações em que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, é registado um ajustamento (perda por imparidade) pela respetiva diferença.

As variações do período nas perdas por imparidade de inventários são registadas nas rubricas de resultados "Imparidade de inventários (perdas/reversões)". O método de custeio dos inventários adotado pela Entidade consiste no *Custo Médio Ponderado*.

3.8. Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

A Entidade desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram por cobrança, ou quando transfere para outra entidade o controlo desses ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos.

A Entidade desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.



3.9 Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados por referência à data de relato com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas.

As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas, mas não de forma significativa. Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado pela Empresa, os resultados reportados poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente tivesse sido escolhido.

A Direção considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Entidade e o resultado das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes. Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas são mais apropriadas.

3.10 Provisões

As provisões são registadas quando a Entidade tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante dum acontecimento passado, é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante das provisões registadas consiste na melhor estimativa, na data de relato, dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa, revista em cada data de relato, é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados a cada obrigação.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.



3.11. Recuperabilidade de saldos devedores de clientes e outros devedores

As perdas por imparidade relativas a saldos devedores de clientes e outros devedores são baseadas na avaliação efetuada pela Entidade quanto à existência de prova objetiva de imparidade e da probabilidade de recuperação dos saldos das contas a receber, antiguidade de saldos, anulação de dívidas e outros fatores incluindo o fator de atualização financeira (à taxa de juro original efetiva ou que resultaria no momento do reconhecimento inicial do ativo em causa).

Existem determinadas circunstâncias e factos que podem alterar a estimativa das perdas por imparidade dos saldos das contas a receber face aos pressupostos considerados, incluindo alterações da conjuntura económica, das tendências sectoriais, da deterioração da situação creditícia dos principais clientes e de incumprimentos significativos.

Este processo de avaliação está sujeito a diversas estimativas e julgamentos. As alterações destas estimativas podem implicar a determinação de diferentes níveis de imparidade e, consequentemente, diferentes impactos nos resultados.

3.12. Empréstimos | Custos de financiamento obtidos

Os empréstimos são registados no ativo/ passivo pelo custo amortizado. Eventuais despesas com a emissão desses empréstimos são registadas como uma adição/ dedução à dívida e reconhecidas, ao longo do período de vida desses empréstimos, de acordo com o método da taxa de juro efetiva. Os juros corridos, mas não vencidos são acrescidos ao valor dos empréstimos até ao momento da sua liquidação.

Estes custos regra geral são reconhecidos como gastos do período em que sejam incorridos de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

3.13. Gastos com pessoal

Os benefícios dos empregados incluem salários, ordenados, complementos de trabalho noturno, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, prémios de produtividade e assiduidade, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal, abonos para falhas e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pelo órgão de gestão.

Para além disso, são ainda incluídas as contribuições para a Segurança Social de acordo com a incidência contributiva decorrente da legislação aplicável, as faltas autorizadas e remuneradas.



As obrigações decorrentes dos benefícios são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o respetivo pagamento.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados com o anteriormente referido.

Os benefícios decorrentes da cessação do emprego, quer por decisão unilateral da Entidade, quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gastos no período em que ocorrerem.

3.14. Classificação de balanço

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano da data das demonstrações financeiras são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes.

3.15. Compensação

Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos foram relatados separadamente nos respetivos itens de balanço e da demonstração dos resultados, pelo que nenhum ativo foi compensado por qualquer passivo nem nenhum gasto por qualquer rendimento, ambos vice-versa.

3.16. Disposições do SNC que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras

Nos períodos abrangidos pelas presentes demonstrações financeiras não foram derogadas quaisquer disposições do SNC que tenham produzido efeitos materialmente relevantes e que pudessem pôr em causa a imagem verdadeira e apropriada que devem transmitir aos interessados pelas informações disponibilizadas.

3.17. Acontecimentos subsequentes

Não foram identificados pela Direção acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais, tal como descritos na nota 22 na página 17.



Não foram identificadas pela Direção do Hospital Stº Louis situações que coloquem em causa a continuidade da Entidade.

4. Fluxos De Caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis, detalhados da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
Numerário (Caixa)	1 237	6 962
Depósitos à ordem	68 275	323 603
Outros títulos		231
Total	69 512	330 796

Na divulgação dos fluxos de caixa, foi utilizado o método direto, o qual nos dá informação acerca dos componentes principais de recebimentos e pagamentos brutos de caixa em atividades operacionais, de investimento e de financiamento.

5. Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros

Com referência a 31/12/2021 não ocorreram alterações às políticas contabilísticas face ao ano de 2020.

Com referência ao período findo em 31/12/2021, após conclusão das análises das contas correntes de Clientes, Fornecedores C/C, Honorários médicos SGIC e não SGIC, em ordem à confirmação externa integral dos valores a receber e a pagar, cujo processo foi iniciado no fecho de contas de 2020, foram identificados ajustamentos a anos anteriores, os quais foram reconhecidos em 2021 na rubrica de Resultados Transitados.

6. Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando adições, os abates, as amortizações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Movimentação dos Ativos Fixos Tangíveis		31 de dezembro de 2020				
Rubrica	Saldo Inicial	Adições	Abates	Alienações	Transferências	Saldo Final
Ativo Bruto						
431 - Terrenos e recursos naturais	1 371 693					1 371 693
432 - Edifícios e outras construções	7 113 357					7 113 357
433 - Equipamento básico	6 451 071	127 794				6 578 865
435 - Equipamento administrativo	699 181	69 792				768 973
437 - Ferramentas e utensílios	2 916					2 916
Total	15 638 217	197 586	0	0	0	15 835 803
Amortizações Acumuladas						
4382 - Edifícios e outras construções	4 735 874	70 070				4 805 944
4383 - Equipamento básico	5 508 090	100 236				5 608 327
4385 - Equipamento administrativo	536 029	37 230				573 259
4387 - Ferramentas e utensílios	2 916	0				2 916
Total	10 782 909	207 536	0	0	0	10 990 446
Valores Líquidos						
Terrenos e recursos naturais	1 371 693					1 371 693
Edifícios e outras construções	2 377 483	70 070				2 307 412
Equipamento básico	942 980	-27 558				970 538
Equipamento administrativo	163 152	-32 562				195 713
Ferramentas e utensílios	0	0				0
Total	4 855 308	9 950	0	0	0	4 845 357
Movimentação dos Ativos Fixos Tangíveis		31 de dezembro de 2021				
Rubrica	Saldo Inicial	Adições	Abates	Alienações	Transferências	Saldo Final
Ativo Bruto						
431 - Terrenos e recursos naturais	1 371 693				1 371 693	0,00
432 - Edifícios e outras construções	7 113 357	11 242			7 124 599	0,00
433 - Equipamento básico	6 578 865	114 446				6 693 311,13
435 - Equipamento administrativo	768 973	189 306				958 279,01
437 - Ferramentas e utensílios	2 916	0				2 915,63
Total	15 835 804	314 994	0	0	8 496 292	7 654 506
Amortizações Acumuladas						
4382 - Edifícios e outras construções	4 805 944	81 200			4 887 144	0
4383 - Equipamento básico	5 608 327	106 550				5 714 877
4385 - Equipamento administrativo	573 259	51 874				625 133
4387 - Ferramentas e utensílios	2 916	0				2 916
Total	10 990 446	239 624	0	0	4 887 144	6 342 926
Valores Líquidos						
Terrenos e recursos naturais	1 371 693				1 371 693	0
Edifícios e outras construções	2 307 412	0			2 307 412	0
Equipamento básico	970 538	7 896				978 434
Equipamento administrativo	195 713	137 432				333 145
Ferramentas e utensílios	0	0				0
Total	4 845 356	75 370	0	0	3 609 148	1 311 580

Nota: O valor referente ao edifício e ao terreno no valor de 3 609 148€, visto que já se encontra vendido em 2022 foi transferido para Ativo não Corrente detido para venda.

7. Outros ativos financeiros

Esta participação financeira é um fundo autônomo, com personalidade jurídica, dirigido por um conselho de gestão. É financiado pelas entidades empregadoras, sendo a entidade gestora o Instituto de Gestão de Fundos de Capitalização da Segurança Social.

8. Inventários

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os inventários da Entidade eram detalhados conforme se segue:

	2021	2020
Medicamentos	63 482	80 402
Material médico	421 143	606 473
Outro material	2 505	
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	487 130	686 875

O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas reconhecido nos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é detalhado conforme se segue:

	2021	2020
Existência Inicial	686 875	454 674
Compras	2 640 357	2 028 058
CMVMC	-2 840 102	-1 795 857
Existência Final	487 130	686 875

9. Clientes e Outros ativos correntes

Em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020 a rubrica de Clientes e Outros Créditos a receber têm a seguinte composição:

	Valor Bruto 2021	Valor Bruto 2020	Imparidade Acumulada 2021	Imparidade Acumulada 2020	Valor Líquido 2021	Valor Líquido 2020
Clientes e utentes	3 322 290	6 770 253			3 322 290	6 770 253
Clientes cobrança duvidosa	88 995	106 197		102 309	88 995	3 888
Total Clientes e utentes	3 411 284	6 876 450	0	102 309	3 411 284	6 774 141
Acrescimo de rendimento	842 969	650 034			842 969	650 034
Devedores diversos	348 865	403 579			348 865	403 579
Adiantamentos a fornecedores	998	998			998	998
Outros créditos a receber	1 192 832	1 054 611	0	0	1 192 832	1 054 611



Em 31 de dezembro de 2021, a rubrica de "Acréscimo de rendimento" respeita à especialização das consultas médicas prestadas em 2021 (SIGIC) no total de 843 mil euros, que aguarda aprovação pela entidade pública.

A rubrica "Devedores diversos" em 31 de dezembro de 2021 compreende principalmente o montante do fundo de reserva do factoring, no valor de 317 mil euros.

10. Estado e Outros Entes Públicos

Em 30 de dezembro de 2021 e 2020 as rubricas de "Estado e outros entes públicos" apresentavam a seguinte composição:

	Ativo 2021	Ativo2020	Passivo 2021	Passivo 2020
Penhoras			333	
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	2 575		528	139
Imposto sobre o rendimento de pessoas singulares (IRS)			59 844	62 675
Contribuições para a Seg. Social			79 323	79 618
Total Estado	2 575	0	140 028	142 432

11. Fundos Patrimoniais

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020, as reservas apresentam a seguinte decomposição:

	2021	2020
Reservas	4 520 522	4 520 522
Reservas Legais	1 025 087	1 025 087
Outras variações nos fundos	14 927	14 927
Resultados Transitados	-4 169 824	-3 043 179
Resultados Líquidos	-337 236	70 014
Total dos Fundos Patrimoniais	1 053 476	2 587 371

Os Resultados transitados a 31 de dezembro de 2021 apresentam um saldo negativo de 4 169 824 Euros, o que representa uma variação negativa no montante de 1 126 645 Euros, resultante da incorporação do Resultado líquido positivo de 2020, 70 014 Euros e de uma variação negativa de 1 196 659 Euros.



A variação negativa em Resultados transitados, 1.196.659 Euros conforme referido no capítulo - Políticas contabilísticas, ponto 5 do presente Anexo, resulta da conclusão das conferências de valores a receber e a pagar (Clientes, Fornecedores, Honorários médicos SGIC e não SGIC) - processo iniciado no fecho de contas de 2020 - tendo sido identificados ajustamentos relativos a anos anteriores.

12. Outras dívidas a pagar

Em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020 a rubrica de *Outras contas a pagar* apresentava a seguinte composição:

	2021	2020
Honorários clínicos	623 944	692 448
Honorários SIGIC	1 996 999	1 590 117
Prestações diretas	0	0
Adiantamentos de clientes	147 259	261 710
Remunerações a liquidar	265 003	111 002
Fornecedores de imobilizado	117 109	6 263
Acrescimos de gastos e outros	4 108	27 874
Outros	7 140	-2 853
Outras contas a pagar	3 161 561	2 686 562

13. Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020 a rubrica de *Fornecedores* apresentava a seguinte composição:

	2021	2020
Fornecedores e/corrente	2 312 608	4 003 744
Fornecedores em recepção e conferência	0	0
Total Fornecedores conta-corrente	2 312 608	4 003 744

14. Financiamentos

Os financiamentos obtidos em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020 são detalhados conforme se segue:

	2021	2020
Passivo não corrente		
Conta Caucionada (Novo Banco)	0	1 601 345
Crédito apoio IPSS	333 333	0
Leasing	0	0
	333 333	1 601 345
Passivo corrente		
Factoring (Novo Banco)	1 769 487	2 711 454
Empréstimo Ashira Capital	626 345	0
Conta Caucionada (Novo Banco)	500 000	0
Crédito apoio IPSS	111 111	0
Leasing	62 867	0
	3 069 810	2 711 454
Total de Financiamento	3 403 143	4 312 799

Valor financiamento de 500 mil euros foi obtido junto do Novo Banco no âmbito do financiamento de necessidade de tesouraria "Linha de Apoio ao Sector Social Covid 19", pelo prazo de 60 meses, com carência de capital por um período 6 meses. Deste financiamento, a 31/12/2021 estavam em dívida 444.444 euros.

O financiamento no valor de cerca de 601 mil euros foi concedido pela entidade Ashira Capital nos termos contratuais acordados entre as partes em dezembro de 2020, em 2021 foram concedidos mais 25 mil euros aproximadamente.

O Hospital Stº Louis prestou uma garantia autónoma à Lisgarante, SA a favor no Novo Banco, no montante correspondente 90% da linha de crédito obtida, 500 mil euros.

15. Rédito

O rédito reconhecido pela Entidade em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020 é detalhado conforme se segue:

	2021	2020
Vendas e Serviços Prestados	9 917 485	7 806 979
Outros Rendimentos e Ganhos	90 537	34 220
Subsídios do Estado	23 150	0
Juros, Dividendos e Outros Rendimentos	30	107

16. Fornecimentos e Serviços Externos

A rubrica de *Fornecimentos e serviços externos* no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020 é detalhada conforme se segue:

Aumento significativo verificado em *Fornecimentos e Serviços Externos* deve-se ao aumento da atividade, conforme divulgado no Relatório de Direção de 2021.

		2021	2020
622111	Eletricidade	16 134	79 092
622112	Gás	55 110	1 100
622121	Gasóleo	19 687	14 790
62213	Água	14 396	13 282
62219	Rendas E Alugue	319 515	249 510
62221	Despesas de Rep		
622224	Chamadas Telefo	59 755	40 230
622225	Correios	3 578	3 270
622226	Outras Despesas	668	2 550
62223	Seguros	40 401	30 041
62224	Outro Material	8 124	8 616
62225	Quotizações	3 358	1 394
62226	Transportes De	720	480
62227	Deslocações EE	1 370	1 916
62228	Comissões	23 130	50 801
62229	Honorários	3 581 977	2 651 337
6223	O.Serviços(contencioso)	56	0
62232	Conservação E R	24 248	17 505
62233	Publicidade E P	0	3 198
622335	Ações Promocionais	0	0
62235	Vigilância E Se	152 704	146 202
62236	Trabalhos Espec	656 221	461 693
62239	Jornais E Revis	738	1 307
6224	Utentes	40 814	41 081
6229	Outros Fomec.	14 115	2 220
	Total	5 036 819	3 821 614

17. Gastos com Pessoal

A rubrica "Gastos com pessoal" é detalhada como se segue:

		2021	2020
632	REMUNERAÇÕES DO PESSOAL	1 703 074	1 465 002
635	ENCARGOS SOBRE REMUNERAÇÕES	393 628	316 922
636	SEG. ACIDENTES NO TRABALHO E DOENÇAS	13 880	0
637	GASTOS DE ACÇÃO SOCIAL	795	2 385
638	FORMACAO PROFISSIONAL	616	711
Total		2 111 993	1 785 020

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade, no período, repartido por empregados e Assalariados foi efetivamente:

N.º trabalhadores e assalariados	2021	2020
Empregados	101	89

18. Outros rendimentos

A composição da rubrica de "Outros rendimentos" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2021 é conforme se segue:

	2021	2020
Descontos p.p	156	14
Ganhos em inventários		0
Correções de exercícios anteriores		0
Outros não especificados	90 381	34 206
Outros Juros		107
Outros rendimentos	90 537	34 327



19. Outros gastos

A rubrica de "Outros gastos" é analisada como se segue:

	2021	2020
Impostos	1 040	3 966
Descontos p.p. concedidos	13 567	0
Dívidas incobráveis	3 257	4 459
Perdas em inventários	11 260	1 730
Multas e penalidades		344
Rappel		36
I.E.F.P		0
Outros juros		24 372
Outros gastos similares	2 549	0
Outros gastos	31 672	34 907

20. Gastos/reversões de depreciação e de amortização

A composição da rubrica de "Gastos/reversões de depreciação e de amortização" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é conforme se segue:

	2021	2020
Ativos fixos tangíveis (nota 6)	239 624	207 536
Total	239 624	207 536

21. Juros e gastos similares suportados

A rubrica de "Juros e gastos similares suportados" é analisada como se segue:

	2021	2020
Juros de financiamento suportados	22 475	30 897
Juros de factoring	91 234	119 747
Total	113 709	150 644

22. Aplicação dos Resultados

O resultado líquido ascendeu a 337.236,20€ negativos, sendo que a Direção propõe a sua aplicação em Resultados Transitados.

23. Acontecimentos Após a Data de Balanço

A)

O Hospital Stº Louis vendeu o imóvel da sede do Hospital Stº Louis em fevereiro de 2022, o que conduzirá a deslocação da atividade hospitalar para outras instalações até 23 de junho de 2023, data em que o edifício será entregue à Entidade compradora.

A Comissão executiva em conjunto com a Direção do Hospital Stº Louis encontra-se a realizar diligências junto de outras entidades hospitalares por forma a arrendar provisoriamente um espaço para continuar a desenvolver a atividade hospitalar até que seja concluída a construção de um novo Hospital Stº Louis. Mais informa que a Comissão Executiva e Direção encontram-se a avaliar as soluções que visam garantir a total autonomia face a terceiros, respondendo aos interesses da Instituição, utentes, e colaboradores.

Este evento não tem impacto nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2021, não coloca a continuidade da atividade hospitalar a qual à presente data do Relatório de atividades encontra-se a operar normalmente.

B)

À data de elaboração do presente Anexo, mantém-se o conflito na sequência da invasão da Ucrânia pela Rússia a 24/02/2022, cujos impactos na economia se fazem sentir ao nível do agravamento dos preços dos recursos energéticos, aumento da inflação, das taxas de juro, das matérias-primas e revisão em baixa das expectativas de crescimento económico na União Europeia.

Não obstante de encararmos com preocupação aqueles impactos na execução do orçamento de 2022, o pressuposto da continuada utilizado na preparação das demonstrações financeiras mantém-se apropriado.

Outras Informações

- A Direção informa a Comissão executiva que o Hospital Stº Louis não apresenta dívidas à Autoridade Tributária e Aduaneira nos termos do Decreto-lei 534/80 de 7 de novembro.

- Dando cumprimento ao estabelecido no artigo 210 do Código Contributivo publicado pela Lei nº110/2009 de 16 de setembro, a Direção informa a Comissão executiva que a situação do Hospital Stº Louis perante a Segurança Social encontra-se regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

A Direção Geral

Contabilista Certificado

SOCIÉTÉ FRANÇAISE DE BIENFAISANCE (nº33161)
EN PORTUGAL

HOSPITAL ST. LOUIS

Rua Luz Soriano, 182 - 1200-249 LISBOA
Tel. 21 321 65 00 - Fax: 21 346 02 21
NIF 500 766 800

